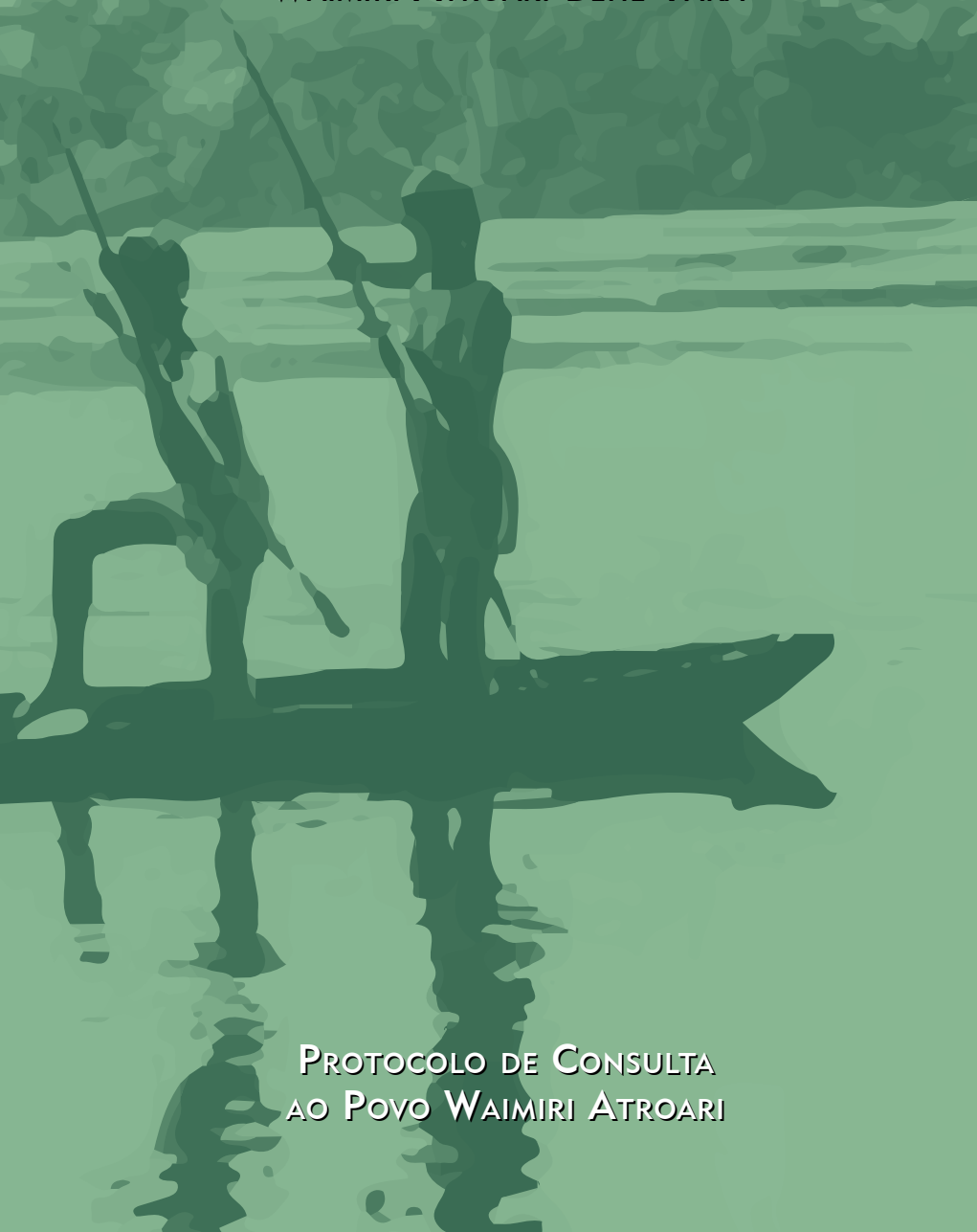


IE'XIME ARYNATYPY NYPYKWATYPY
WAIMIRI ATROARI BEHE TAKA



PROTOCOLO DE CONSULTA
AO POVO WAIMIRI ATROARI



Somos os *Kinja*
da Terra Indígena Waimiri Atroari

É assim que queremos
ser consultados

IE'XIME ARYNATYPY NYPYKWATYPY
WAIMIRI ATROARI BEHE TAKA



PROTOCOLO DE CONSULTA
AO POVO WAIMIRI ATROARI

An aerial photograph showing a long, straight road or path that has been cleared through a dense, green forest. The road starts from the bottom left and extends towards the top right, disappearing into the trees. The surrounding landscape is hilly and covered in thick vegetation.

Por que escrevemos este documento

O Governo NUNCA consultou os Waimiri Atroari!

A estrada BR 174 foi construída, a mineradora Paranapanema invadiu nossa terra, a hidrelétrica de Balbina foi construída, sem haver qualquer respeito com nosso povo. E agora a linha de transmissão Manaus – Boa Vista, querem fazer sem sermos ouvidos.

Na Hidrelétrica de Balbina 30 mil hectares de nossas terras foram inundados; na invasão da Mineradora perdemos parte de nossas terras e rios foram poluídos (rios Tiaraju e Alalau).

Na construção da BR 174 nossa população foi reduzida de 3.000 pessoas para menos de 400 pessoas.

Na década de 70 não houve respeito ao povo Waimiri Atroari. Naquela época nosso povo não entendia os *Kaminja* (termo pelo qual designamos os não índios), o que eles falavam, e o que eles estavam fazendo. Não sabíamos o que era governo, o que era FUNAI, o que era estrada, o que era impacto, o que era empreendimento, o que era progresso. Não conhecíamos nada da sociedade dos *Kaminja*.

Na nossa geração e gerações futuras não podemos ser ameaçados por decisões únicas do Governo (Federal, Estadual e municipal) ou por empresas públicas ou privadas. Pois hoje sabemos o que é impacto, empreendimento, políticas públicas e como funciona o mecanismo da sociedade dos *Kaminja*.

Atualmente nós estamos preocupados com a intenção do Governo Federal em construir uma linha de transmissão por dentro de nossas terras. Temos conhecimento que já foi feito o leilão da linha sem consultar nosso povo.

Isso não pode mais acontecer. Temos o direito de ser consultados antes do empreendimento ser aprovado pelo Governo. Várias reuniões sobre a linha foram realizadas conosco, com o Governo e com o empreendedor, onde sempre perguntamos por que deve passar por nossa Terra. Disseram-nos que era a melhor alternativa de traçado. As outras não eram boas. As reuniões nunca tiveram um caráter consultivo. Parecia ser sempre uma imposição do Governo. Não tínhamos opção.

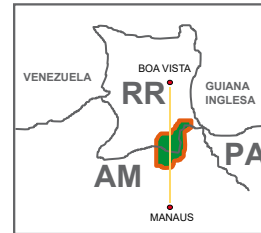
Sabemos que temos o direito de ser consultados. Somente nós, povo Waimiri Atroari, podemos decidir como o governo deve fazer as consultas. Por isso fizemos este documento. Não é só por causa desse empreendimento que escrevemos este protocolo de consulta, mas por outros que venham a surgir.

Quem são os waimiri atroari

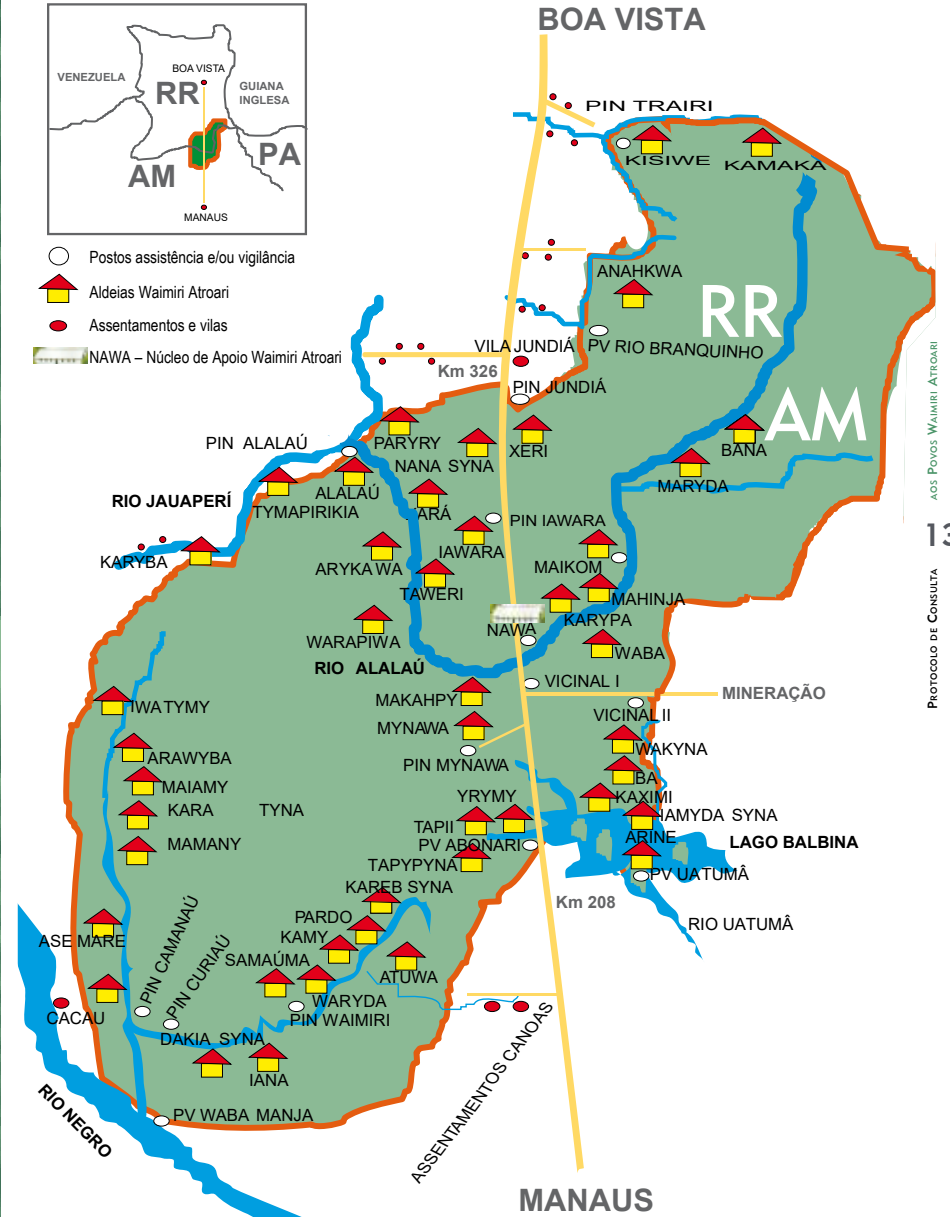
Somos chamados de *Kinja*, (autodenominação), que significa “gente de verdade”. Ocupamos tradicionalmente as bacias dos rios Camanaú, Santo Antônio do Abonari, Taquari, Jauaperi, Alalau e Jundiá. Vivemos da caça, da pesca, coleta de frutas, agricultura e projetos autossustentáveis. Vivemos em aldeias comunitárias, nós a chamamos de MYDY TAHA. São grandes malocas redondas. Cada aldeia tem sua própria autonomia econômica e política. Nossas decisões que envolvam território, identidade e organização social são tomadas por todas as Lideranças. Sempre deve haver um só pensamento. É assim que pensamos. Nossa história sempre foi marcada por violações a nossa identidade, modo de vida e território. É um registro muito triste e muito violento. Éramos cerca de 3.000 pessoas, fomos reduzidos para menos de 400 pessoas. Mas conseguimos resistir.

TERRA INDÍGENA WAIMIRI ATROARI

Decreto nº 94.606 de 14/07/1987 | Área 2.585.971 ha



- Postos assistência e/ou vigilância
- ▲ Aldeias Waimiri Atroari
- Assentamentos e vilas
- ▬ NAWA – Núcleo de Apoio Waimiri Atroari





Por que devemos ser consultados

É NOSSO DIREITO!

Segundo as leis dos *Kaminja*, Estatuto do Índio – Lei 6001, a Convenção 169 da OIT, artigo 6º, a Constituição Federal – Artigo 231, que garantem nosso direito de sermos consultados, sermos ouvidos, em todo empreendimento que afeta nossa terra, cultura, tradições, identidade no interior e no entorno da Terra Waimiri Atoari.

KWADEME YRYNY | PRESSÕES E AMEAÇAS

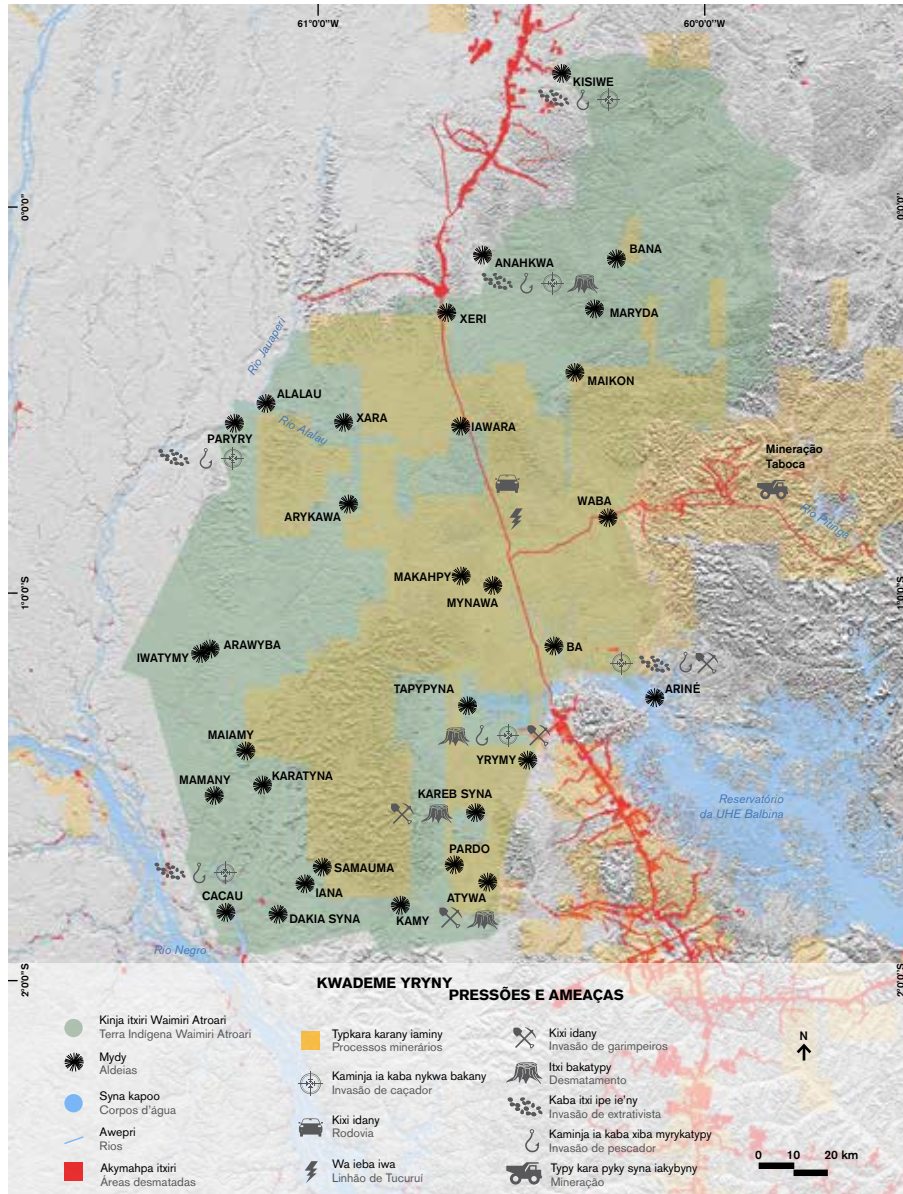
Quando devemos ser consultados

Devemos ser consultados antes de haver qualquer decisão já tomada pelo Governo.

Quando houve a intenção do Governo em querer passar a linha de transmissão por nossa Terra, teve um leilão e decisões foram tomadas sem a consulta prévia aos Waimiri Atoari. Tudo já estava acertado, planejado, parecendo que nós não podíamos questionar, decidir sobre nossas vidas, sobre nossa Terra e sobre a implantação do empreendimento.

Então a consulta ao povo Waimiri Atoari deve acontecer antes de qualquer decisão do Governo.

16



17



Como queremos ser consultados

Toda e qualquer obra e empreendimento que o governo e outros particulares queiram fazer dentro de nossa Terra e entorno (que afeta nossa terra e nossos direitos) devem seguir as seguintes regras:

1. O respeito a nosso povo tem por princípio não subestimar nosso entendimento sobre todo e qualquer assunto. Quando não sabemos temos assessores que nos esclarecem sobre as questões. Queremos clareza e transparência. O governo não pode esconder nada, nenhuma informação.
2. Queremos entender todos os impactos negativos e positivos, todos os riscos sobre nossa terra, nossa gente, nossa identidade, nossa floresta, nossos animais.

3. Queremos que todas as informações sejam colocadas de forma simples, clara e sem pressa. Devendo sempre ter um intérprete para traduzir logo em seguida a exposição.
4. Queremos saber o porquê de tal empreendimento. Por que tem de ser feito dentro de nossa terra?
5. A consulta dever ocorrer com a presença de todas as lideranças Waimiri Atroari, presença da FUNAI de Brasília, MPF, ACWA (Associação Comunidade Waimiri Atroari) e PWA (Programa Waimiri Atroari).
6. Todas as reuniões devem ser registradas com Atas, com áudio e vídeo. Somente o povo Waimiri Atroari pode fazer o registro, áudio e vídeo.

Quando o governo tiver alguma obra ou projeto que pode impactar nossa Terra ou leis que afetam nossos direitos, queremos que informem a FUNAI de Brasília, que nos informará através de nossa Associação (ACWA).

A primeira reunião será marcada por nós em local escolhido também por nós, sendo preferencialmente na Terra Indígena Waimiri Atroari. Terá caráter informativo. Apenas ouviremos as idéias, projetos ou empreendimentos pretendidos pelo Governo ou outros interessados. Tendo sempre a presença da FUNAI, MPF, ACWA (Associação Comunidade Waimiri Atroari) e PWA (Programa Waimiri Atroari).

Os recursos financeiros para essa reunião serão pagos pelo governo ou pelos interessados. Ou seja, alimentação, transporte, combustível, material de expediente. Será feito uma planilha de custo pela ACWA e encaminhada à FUNAI de Brasília que encaminhará aos interessados.



Reuniões internas plano de consulta

Depois dessa reunião geral, onde o interessado vai explicar o projeto, nós iremos realizar várias reuniões internas nas aldeias e depois uma reunião geral com a presença das lideranças, FUNAI de Brasília, MPF, ACWA e PWA.

Nós, Waimiri Atroari, não decidimos absolutamente nada por votos, mas todos devem concordar sobre o assunto em pauta. Tem de haver um só consenso. Temos o nosso tempo, onde informamos e explicamos à todas as aldeias as idéias propostas pelo governo ou interessados. Faremos um Plano de Consulta, onde detalharemos nossas reuniões, tempo e recursos necessários para discutirmos internamente as informações passadas na primeira reunião.

Os custos dessas reuniões serão pagos pelo governo ou interessados.

Após aprovado por todas as lideranças, encaminharemos o Plano de Consulta ao Órgão do governo interessado, à Funai e ao MPF.

Após todas essas reuniões será marcada uma reunião geral com os interessados, que devem ser os mesmos da primeira reunião, para encaminhar os entendimentos. Os interessados devem respeitar nossas decisões.





Como se encerra o processo de consulta

Na última reunião com a presença de todas as lideranças Waimiri Atoari, representantes do MPF, FUNAI, PWA, Governo Federal e empreendedor, será colocada a decisão de todas as aldeias. Nossa decisão deve ser respeitada. O processo de Consulta pode terminar com acordo ou sem acordo.

Será feita uma ata de acordos de consulta que é vinculante entre as partes.



Apia iakame iaky anji peepe ty metyhy a'a ia na

Waimiri Atroari kinja iakypaha ram
Governo nenpa!

BR 174 kahuwa ima imakapa,
imany mineração paranapanema a'a
itxiri iakymaparyky, imany iawyra tyrypa
wii hidralettrica de balbina manyparyky
kinjie'beme iakypapytywa paryky iexyha
wii. Arakypa raky eebe iwa iase na manaus
– boa vista taka, imany yryse na kareme a'a
iaratypy itapytyhuwaparyky.

Na hidrelétrica de balbina a'a itxiri
iakymapa 30 mil hectares me ka itxi
iamykwapa; mineradora ikeme ram a'a tetxiri
itakapa (rios Tiaraju e Aalau); BR 174 kahua
ima imakapaiaky ram a'a behe notypa 3.000
tanyme 400 kinjempahky nopynapa.

Na década de 70 tesa ram Waimiri
Atroari behe iamaha governo kaminja
nenpa. (Kaminja kee ka ky Wimiri Atroari

kypa kinja kapyy ia iatykee), imany kinjehme we'xyhy wii maiedeme iraiia iake bahkee, apia iryia iake bahe'e. Imany ie'xyhy wii maiedeme governa ty pyky, FUNAI iaty pyky kahuwa ima ty pyky itxi iakymatypa'typyky, itxi bakatypa'ty pyky progresso ipytyhuwa. Kaminja ikaa ipyny kapatypy kara'a.

30 Governo Federal, Estadual e Municipal ram arakypa kwademe tynypytyhsake a'a behe, a'a paky behety irykyhuwaparyky nee. Araky rakamy a'a meiedeme kaypa na myry impacto, empreendimento, políticas públicas pyky, imany iaryiaky kypy kaminja behsa'a nytabe'e.

Araky rakam a'a na myrypa Governo federal nypytyhsa'pyky taka iaia, imany a'a itxiri ta ka myry eebe iwa pakatypeme ipytyhpa wii governe me ia. A'a ram arakypa maiede kapy pana kama a'a ia kiarehtyhuwa kaminjeheme ia myry a'a itxri ta myry eebe iwa pakatypa'py pyky kaminjehme wyhtxaha wii. Yra ram xime wyrtaharyky nee. A'a iaryky ka wapy

governa ty me myrypaty karehtyry yry iwapynaka. Wahpa ka a'a myry eebe iwa ikaa pyky nanapynypa, governo kaminja many, itxi iakymany kaminja many, imany a'a kaminja ia kapynypa apieeme iake a'a itxiri ta typyhynji myrypa iase miie. Kaminja kapa ira, myry ta ka wiri wa ieeba iepry iarytypa'tyna. Ampapy ram wana arytypa'tyna. Arynatypa'ty ram kareme kapy nenepa. Imany myryta ka governo yrysená. Wa ka pytypa'ttyna.

Araky ram a'a maiedeme kapypana takypatypa'ta kara'ana. Waimiri Atroari kinja ram iakyryky ka governo kaminja ty. Syma kapy ka a'a yry ipynypa. Iaryky iaky ky governo myry kinja iakypatypa'ty iry. Yry ikaa me ka a'a yry iara metypa a'a. Imany yry itxi bakany ikaa me kapy ka anji protocolo de consulta iry ia, imany aminja ky ka ampa ikaa nysynypykwatape irypa iwapynaka ka yry iary ia a'a.



Bypa ka waimiri atroari a'

A'a nysuiatyke kinja kee, yra'ty ke ira kinja ienyryky kaby ke kanji. A'a wytaprikiahaty na anjinji syna ta; Camanaú, Santo Antônio do Abonari, Taquari, Jauaperi, Alalau e Jundiá. Imany a'a tyrypa ipyia makryryky; wyty ipyia, tokry iemixa, xiba myryke, imany a'a mydyty tana tahemeryky a'a Mydy iamyhy na, a'a me'ri njipiakakyhotyryky ka anji, yraryky a'a ikaa ty na, imany kinja taharyky ka anji iwake. Yraryky kra' nypysa tybehe witxi.

Yra ryky kra ikaa nynypa kwademe tekwataryky ne, tyabakata ne kwademe tykaa weta kara'a tetxiri wii. Imany texima teeta tybatyryta iapykah kara'a. Imany wapypy batyhy kara'a. 3.000 kinje meesakara'a wybatohpa wii, 400 kinjempahky ka a'a wopynahpa wii. Imany myrypahky na'a wypynahpa wii.



Apieme iake a'a takyparyky ne

A'A RAM DJIAPYMENA!

Njia ka kaminja lei ty, imany njia kinja Lei tpy iyryhy wii - Lei 6001, a OIT 169, artigo 6°, a Constituição Federal Artigo 231 ka kinja minja iapynatypatyrepy iryhy wie, symany kapyryky ka kinjatyme ikohtohyryky ne, imany aratypy itapyhy ty ne myrypa iro iwapynaka itxatypy taka, apieme iake Waimiri Atroari itxir taryky na a'a ikaa tyna yrypyryky ne.



Apia iakym a'a iakypatypa'ty nee

Myrypa irytypy ipytry iwapynaka ram governo kaminja ty a'a iakyparyky. Apia iryse iaky ky governo kaminja ty ne irypa pyky.

Governo ia pytohpa wii linhão iatypaty pyky a'a itxiri ta, Waimiri Atroari iara itahpesaryky ne, imany Waimiri Atroari kinja ia kiarehtyhuwa paka ky myry iamyny kaminja trepy iamehtyhpa wii. Imany arytypa' trepy ipytyhpa wii karemparyky, eebapa a'a wewara ka ky kaminja tyme natabapa, ira iake a'a myra eeba tetxiri bakanypa, tymanypa, tybakanypa pyky neepe. Imany governa kaminja ty ram Waimiri Atroari kinja iakryky wapy myry iyry iwapynaka.



Iraryky ka a'a iakypatypa ty ne

Apiaty iryse iake Governo ne, imany bypaty iake yrypa iryia ipamanyryky ka a'a behe iakypatypa' ty na, imany particular iry ie kinja itxiri ta (apiaty iaky kwada iry ia itxi witxi, imany kinja behe witxi) iraky iaky regra tyna ipataryka nitxe:

A'a behe iaraty ra tabaryky nee, apieme iake kwaseme kapyryky ram a'a naryne myrypa pyky. Imany im kra pytywa na, njia ram a'a kaminja ty a'a iakypanaty myrypa kwa pyky. Kareme a'a ia pytymeryky, Governo iarynatypy pyky, imany ne kwaty karybapytyhuwaryky ka nee.

A'a kareme myry impactos negativos e positivos, ipytyse na, imany iaryky iaky myry a'a itxiri iakymatypa'ty na, imany a'a witxi na'ty, a'a ikaa ikaa txina'ty a'a nykwatxi na'typy.

A'a ram karemeryky kwa ty itase na iraryky iaky a'a, imany kwaty karehtyhy nee karemeryky a'a ia. Imany a'a iaska ty ram a'a ia kaminja iaraty kekyry karemeryky. Ipaiky ka kareme kwa ty nitxe.

Imany a'a pytyse no empreendimento ikaa pyky kareme. Apieme iake myrypa iaase mie a'a itxiri taryke?

Arynatypy ty ram nywryta ie'ximeryky Waimiri Atroari kinja taha weiakyryky, imany ne FUNAI de Brasília, MPF, ACWA e PWA manesaryky ne.

40

Arynatypa ty ram tymetyry kyne, imany ne araty grava kohy ne, imany akaha ty piah ne. Waimiri Atroari kinja tyryky ka yra nyryte áudio e vídeo many.

Im ka Governo ia myrypa obra irytypa'ty na, imany projeto many leis administrativas kwada iryia a'a behe txi, imany kaminja ty ka FUNAI de Brasília kaminja ty ia, ky kaminja ty ka a'a kaminja ty ia kate, ky Associação (ACWA) kaminja ty ka a'a ia njikiete.

A'a ryky ka arynatypy ipyte, imany a'a ryky ka iawyra reunião paty ipyte. Waimiri Atroari itxiri ta iepaiaky. Kwa ty itatypymehky apia projeto ou empreendimento Governo minjieme iepaiaky njitxe a'a many FUNAI, MPF, ACWA Associação Comunidade Waimiri Atroari) e PWA (Programa Waimiri Atroari) manyryky.

Recursos financeiros bypa iaky myrypa iryse ne ipapary ka myrypa pehtyiapa Governo pane nitxehtyiapa: a alimentação, transporte, ombustível, material de expediente. Planilha iryiapa ka ACWA nyryiapa FUNAI E BRASILIA tany witxi tarypomyme imany anji nysapa bypemehme iaky yry ie'xi ne.



Amakry a'a arynatypy a'a itxiri ta – arynatypy iketxipy ok

Anji reunião taha wurytahky, imany projeto karymapohkypa a'a comunidade iakypepa irayky iaky Mydy wutaprikiaha na iawyrapa ka ipaiaky arynatypy napa, imany na iawyra FUNAI de Brasília, MPF, ACWA, PWA. Manypa ka ipaiaky arynatypy napa.

A'a Waimiri Atoari ram awonji myrypa ipytywa na waharyky kara'a myrypa ipysa, ie'ximyryky kara'a maiedeme kapy nee. Imany wapy nee a'a iarynatypa' ty ampa Mydy tany iakypatypy nee myry Governo ikaa ikietxipyme iraky iaky Governo yryse na. Ipaiakypa kate ka plano de consulta irypa, yrytanyme pa ram kwa ty kekexapa iraryky iaky reunião ta kwa ty nywrytypiany irypa karymapiapa ka ipaiaky kareme pytypyme, imany piehtyny napa bypehme iaky myrypa iryse nee irypapa kaminja ka myry pertyiapa Governo paryne.

Ie'xime liderança ia kareme pytyhkypa ka Plano de Consulta iarypiapa, ipaikypa ka Plano de Consulta iarypiapa Órgão do governo interessado witxi, Funai e ao MPF.

Yry pahtakypa ka arynatypy injiapa ampa kaminja many arynatypyme, ipaiaky ram nywrytepa arynatypy kareme pytypyme. Bypa iaky myrypa irysy na, ipaikypa ka Governo iara itatypy napa.

Iraryky iaky yry arynatypy notyka te

Arynatypy wotkatypa'ty ram ie'ximetaryky Waimiri atroari kinja taha nee, imany nee representantes do MPF, FUNAI, PWA, Governo Federal many, imany empreendedor manyryky nee ie'ximpa ka ipaiaky aldeia xepe napa yry arynatypy ta. Imany ata iryiapa ka ipaiaky iraryky iaky consulta ta iara naryne peepe pyky yryhyty.



Legislação anexa ao Protocolo

CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988)

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.



§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

48

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

49

CONVENÇÃO 169, OIT (1989)

Artigo 6º.

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;

c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.

2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, ONU (2009)

Artigo 18.

Os povos indígenas têm o direito de participar da tomada de decisões sobre questões que afetem seus direitos, por meio de representantes por eles eleitos de acordo com seus próprios procedimentos, assim como de manter e desenvolver suas próprias instituições de tomada de decisões.

52

Artigo 32.

1. Os povos indígenas têm o direito de determinar e de elaborar as prioridades e estratégias para o desenvolvimento ou a utilização de suas terras ou territórios e outros recursos.

2. Os Estados celebrarão consultas e cooperarão de boa-fé com os povos indígenas interessados, por meio de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre e informado antes de aprovar qualquer projeto que afete suas terras ou territórios e outros recursos, particularmente em relação ao desenvolvimento, à utilização ou à exploração de recursos minerais, hídricos ou de outro tipo.

3. Os Estados estabelecerão mecanismos eficazes para a reparação justa e equitativa dessas atividades, e serão adotadas medidas apropriadas para mitigar suas consequências nocivas nos planos ambiental, econômico, social, cultural ou espiritual.

53



IE'XIME ARYNATYPY NYPYKWATYPY WAIMIRI ATROARI BEHE TAKA
PROTOCOLO DE CONSULTA AOS POVOS WAIMIRI ATROARI
Roraima, 2018

REALIZAÇÃO
ACWA – Associação Comunidade Waimiri Atroai
PWA – Programa Waimiri Atroari

FOTOGRAFIAS
Acervo ACWA e PWA

MAPAS
ISA – Instituto Socioambiental

PROJETO GRÁFICO
Renata Alves de Souza / Tipográfico Comunicação

APOIO
Funai – Fundação Nacional do Índio
RCA – Rede de Cooperação Amazônica

